

# Novo rumo para o Noroeste

Kátia Marsicano  
Da equipe do **Correio**

**O**s planos do Governo do Distrito Federal e dos empresários do ramo imobiliário de Brasília, que sonham com a implantação do Setor Noroeste, vão ter que ser adiados. O juiz da 4ª Vara de Fazenda Pública, Roberval Casemiro Belinati, determinou a suspensão do projeto até a realização de um novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para avaliar a viabilidade do empreendimento.

A decisão, definida por liminar expedida na última terça-feira, foi tomada em função de ação civil pública movida pelas promotorias de Meio Ambiente (Prode-ma) e de Defesa da Ordem Urbánística (Prourb) do Ministério Público do DF contra o Governo e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), em outubro. Caso GDF e Terracap descumpriam a determinação, terão que pagar multa diária no valor de R\$ 100 mil, conforme prevê a Lei 7.347/85 (que regulamenta ações civis públicas).

Os motivos da intervenção da Justiça no projeto foram as mudanças anunciadas pelo governo, ampliando de 40 mil habitantes para 100 mil a capacidade populacional do bairro. Além disso, a área a ser ocupada passaria de 300 hectares para 825 hectares (mais de 800 campos

Acácio Pinheiro 3.10.2000



**AS MUDANÇAS ANUNCIADAS AMPLIARIAM O BAIRRO DE 300 PARA 825 HECTARES**

de futebol).

Segundo a promotora da 1ª Prode-ma, Fabiana Scotti Giusti, o GDF é obrigado a fazer um novo EIA e convocar audiência pública para discutir o projeto de parcelamento, conforme Resolução do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) 09/87. A medida condiciona o licenciamento para a obra à aprovação pela população da cidade.

“Queremos o cumprimento da legislação ambiental. O Mi-

nistério Público não é contra o Noroeste, mas é preciso prevenir os prejuízos”, garante a promotora, que não acredita que GDF e Terracap recorram da decisão. “Se fizerem isso, serão contraditórios”. No mês passado, a 4ª Vara de Fazenda Pública deu à Terracap um prazo de 72 horas para prestar esclarecimentos sobre o empreendimento. A ordem foi cumprida, mas mesmo assim o juiz determinou a suspensão da implantação do

Noroeste. Ele entendeu que as explicações não substituíam a necessidade de novo EIA.

Durante toda a tarde, o **Correio** esperou uma resposta da Terracap sobre o assunto. Segundo a assessoria jurídica da empresa — que desconhecia a liminar —, não havia informação oficial e por isso ninguém se pronunciaria. A notícia surpreendeu o subsecretário de Meio Ambiente, Fernando Fonseca. Segundo ele, o MP foi precipitado. “O governo recuou e resolveu voltar ao projeto original do Noroeste com 40 mil habitantes”, afirmou. “Sendo assim, um novo EIA é desnecessário”. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação também foi procurada, mas não houve retorno.

## ESGOTO E ÁGUA

**U**ma das problemas para a implantação do Setor Noroeste é com o abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estudos técnicos da Companhia de Saneamento de Brasília (Caesb), feitos à época, demonstram que a capacidade do sistema de abastecimento de água Santa Maria/Torto está praticamente esgotada. A preocupação foi encaminhada em forma de correspondência, em janeiro de 1998, à empresa Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A (TC/BR), responsável pelo

EIA, encomendado pelo GDF.

Uma das soluções apresentadas para o impasse seria a integração de mananciais ao sistema de abastecimento, como o Córrego Taquara e o Ribeirão do Bananal — esta segunda alternativa necessitaria de autorização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). A exigência deve-se ao fato de o barramento do ribeirão estar dentro do Parque Nacional de Brasília (PNB).

Em março deste ano, o GDF elaborou o Plano de Ocupação da Área de Expansão Urbana Noroeste, sob a coordenação do então Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IPDF), com assessoria técnica das empresas Zimbres Arquitetos Associados e Saint Germain Consultores — e sem a participação da comunidade.

Segundo o secretário-executivo do Fórum das ONGs Ambientais do Distrito Federal e Entorno, César Victor do Espírito Santo, a implantação do Setor Noroeste sem um novo EIA seria um absurdo. “Sem dúvida, essa liminar foi uma decisão importante”, diz ele. César Victor também faz parte do Conselho de Meio Ambiente (Conam), uma espécie de colegiado vinculado à Secretaria de Meio Ambiente (Semarh), que tem a responsabilidade de analisar empreendimentos, sob o aspecto ambiental.